



### Governança Climática e Justiça Ambiental no Brasil: desafios para a efetividade do Direito Ambiental

#### Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Júlia Martins Paiva

#### Categoria do Trabalho

Pesquisa

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

#### Introdução

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios contemporâneos para a sociedade global, exigindo respostas jurídicas e institucionais capazes de promover a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. No Brasil, país detentor de vasta biodiversidade e recursos naturais, o Direito Ambiental assume papel fundamental na regulação de políticas públicas voltadas à preservação ambiental e à mitigação dos impactos climáticos. Nesse contexto, a discussão sobre governança climática e justiça ambiental torna-se central, sobretudo diante dos compromissos internacionais assumidos no âmbito do Acordo de Paris. A análise das estruturas normativas e institucionais revela avanços importantes, mas também limitações na efetivação das políticas ambientais e no combate às desigualdades socioambientais.

#### Objetivo

Analisar o papel do Direito Ambiental brasileiro na promoção da governança climática e da justiça ambiental, destacando desafios e perspectivas para a efetividade das políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente.

#### Material e Métodos

A pesquisa possui natureza qualitativa e abordagem exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinadas obras doutrinárias, artigos científicos e legislações ambientais brasileiras, além de documentos internacionais relacionados às mudanças climáticas, como o Acordo de Paris. Também foram analisadas decisões judiciais relevantes e políticas públicas ambientais implementadas no país. A metodologia busca compreender como os instrumentos jurídicos existentes contribuem para a proteção ambiental e para a construção de uma governança climática eficaz no Brasil.

#### Resultados e Discussão

Os resultados indicam que o Brasil possui um arcabouço jurídico relativamente avançado em matéria ambiental, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Meio Ambiente e diversos instrumentos de proteção ecológica. Contudo, a efetividade dessas normas enfrenta obstáculos relacionados à fiscalização limitada, conflitos de interesses econômicos e dificuldades na implementação de políticas públicas ambientais.

# VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



Além disso, os impactos das mudanças climáticas afetam de forma desigual diferentes grupos sociais, evidenciando a necessidade de incorporar a perspectiva da justiça climática nas decisões políticas e jurídicas. A atuação do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem se mostrado relevante para o controle de políticas públicas ambientais e para a garantia de direitos fundamentais relacionados ao meio ambiente equilibrado.

### Conclusão

Conclui-se que o fortalecimento da governança climática no Brasil depende da efetiva aplicação das normas ambientais, da ampliação da participação social e da integração entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. A consolidação do Direito Climático como campo jurídico estratégico pode contribuir para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos.

### Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente.
- SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito Ambiental.
- IPCC. Climate Change Reports.
- UNITED NATIONS. Paris Agreement.